



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE - FEAAC
BACHARELADO EM FINANÇAS

YURI JOSHUA ROCHA BEZERRA

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA

FORTALEZA

2021

YURI JOSHUA ROCHA BEZERRA

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Monografia apresentada ao Curso de Finanças da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado em Finanças.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Maria Moreira Chagas Correa

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B469a

Bezerra, Yuri Joshua Rocha.

Análise bibliométrica de estudos em educação financeira / Yuri Joshua Rocha Bezerra. – 2021.
56 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Finanças, Fortaleza, 2021. Orientação: Profa. Dra. Denise Maria Moreira Chagas Correa.

1. Educação Financeira. 2. Estudo Bibliométrico. I. Título.

CDD 332

YURI JOSHUA ROCHA BEZERRA

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Monografia apresentada ao Curso de Finanças da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de bacharel em Finanças.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Denise Maria Moreira Chagas Correa (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará

Prof.º Dr. Leandro de Almeida Rocco

Universidade Federal do Ceará

Prof.º Dr. Vitor Borges Monteiro

Universidade Federal do Ceará

Aos meus pais, Valdilan Alves e
Francisca Rocha, e aos meus amigos que
sempre torceram por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me proporcionado saúde e guiado minhas decisões.

Aos meus pais, Valdilan e Francisca, por sempre me darem suporte e por estarem sempre presentes.

Aos meus amigos Mirela, Letícia e Eugênio, e em especial a Thais e Victor, por não me deixarem desistir, encorajando-me a persistir e a continuar com meus objetivos. Agradeço ainda pelos momentos descontraídos na Universidade, pelas risadas e por fazerem essa caminhada ser mais leve. Sem vocês, não seria a mesma coisa.

À professora Denise Maria Moreira Chagas Corrêa, por ter aceitado ser minha orientadora e por ter ajudado a construir o presente trabalho com muita compreensão.

RESUMO

Considerando a importância da educação financeira e a necessidade de educar os cidadãos no que diz respeito aos seus recursos, no Brasil, foram determinados planos e estratégias com o intuito de disseminar o tema, entretanto, uma parcela significativa da população ainda não possui conhecimentos suficientes para uma melhor saúde financeira. Em vista disso, este estudo buscou investigar o perfil das publicações científicas sobre Educação Financeira desenvolvidas no país de 2015 a 2020, a fim de identificar aspectos importantes acerca das referidas publicações, tais como: frequência de publicações anuais, predominância dos assuntos centrais, gênero e região dos pesquisadores, bem como o tipo de pesquisa prevalente, consoante a classificação dos estudos quanto aos objetivos, abordagens do problema de pesquisa e técnicas empregadas, *qualis* dos periódicos e o índice de impacto destas publicações. Assim, este estudo descritivo, qualitativo, quantitativo e bibliométrico analisou os 20 trabalhos com Educação Financeira no título, encontrados no portal de periódicos da CAPES. Os resultados mostraram que a média anual de 2015 a 2020 foi de 4 trabalhos. 70% deles foram publicados em periódicos com *qualis* A e o restante, *qualis* B. Não foi identificada uma prevalência de gênero dos autores, entretanto, somente foi possível identificar índice-h de 30% deles, sendo possível afirmar que, dentre eles, o índice h variou de 1 a 59, podendo-se afirmar que houve uma prevalência de autores com elevado impacto, uma vez que 2/3 destes 15 autores possuíam mais de 100 citações. Quanto à tipologia, foi observada uma prevalência de trabalhos exploratórios, qualitativos, e com dados coletados por meio de pesquisa de campo. Conclui-se pela importância de que seja incentivada a difusão deste tema no país, visto que a maioria das publicações encontradas são mais recorrentes na região sul e sudeste do país, com poucas redes de coautoria e por um número muito reduzido de instituições brasileiras.

Palavras-chave: Educação Financeira. Estudo Bibliométrico.

ABSTRACT

Considering the importance of financial education and the need to educate citizens with regard to their resources, in Brazil, plans and strategies were determined with the aim of disseminating the subject, however, despite the efforts, a significant portion of the population has not yet has sufficient knowledge for better financial health. In view of this, this study sought to investigate the profile of scientific publications on Financial Education developed in the country from 2015 to 2020, in order to identify aspects such as frequency of publications, predominance of central issues, gender and region of researchers, as well as to point out the prevalent type of research depending on the classification of studies regarding objectives, approaches to the research problem and techniques employed, qualis of journals and the impact index of these publications. Thus, this descriptive, qualitative, quantitative, and bibliometric study analyzed all 20 works with Financial Education in the title, found on the CAPES journal portal. The results showed that the annual average from 2015 to 2020 was 4 works. 70% of them were published in journals with qualis A and the rest, qualis B. A gender prevalence of the authors was not identified, however, it was only possible to identify an h-index of 30% of them, and it is possible to state that, among them, the h index ranged from 1 to 59, and it can be said that there was a prevalence of authors with high impact, since 2/3 of these 15 authors had more than 100 citations. As for the typology, it was observed a prevalence of exploratory, qualitative work, and with data collected through field research. It is concluded that it is important to encourage the dissemination of this topic in the country, since most publications found are more recurrent in the south and southeast of the country, with few co-authorship networks and by a very small number of Brazilian institutions.

Keywords: Financial Education. Bibliometric Study.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos e categorias dos dados analisados.	35
Quadro 2 – Identificação das redes de coautorias dos trabalhos sobre Educação Financeira de 2015 a 2020.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo das instituições presentes nas publicações sobre Educação Financeira de 2015 a 2020 e da quantidade de autores e de trabalhos a elas vinculados....	41
Tabela 2 - Qualis e fator de impacto dos periódicos.....	46
Tabela 3 - Índice H dos autores.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assuntos centrais dos resumos dos trabalhos sobre aplicação financeira financeira, de 2015 a 2020.....	33
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência das publicações por ano, de 2015 a 2020	37
Gráfico 2 - Assuntos centrais do referencial teórico dos trabalhos	38
Gráfico 3 - Gênero dos autores dos trabalhos sobre Educação Financeira de 2015 a 2020	39
Gráfico 4 – Trabalhos sobre Educação Financeira com e sem redes de coautoria de 2015 a 2020	39
Gráfico 5 – Frequencia de instituições vinculadas aos trabalhos, de 2015 a 2020, por unidade de federação	42
Gráfico 6 - Frequência de instituições vinculadas aos trabalhos, de 2015 a 2020, por região geográfica	44
Gráfico 7 - Classificação dos estudos sobre Educação Financeira, quanto aos objetivos de 2015 a 2020	44
Gráfico 8 - Classificação dos estudos sobre Educação Financeira, quanto à abordagem do problema de 2015 a 2020.....	45
Gráfico 9 - Classificação dos estudos sobre Educação Financeira, quanto às técnicas de coleta dos dados de 2015 a 2020	46

LISTA DE SIGLAS

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNSEG	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IDEAU	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai
IMED	Faculdade Meridional
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FDB	Faculdade Dom Bosco
FEBRABAM	Federação Brasileira de Bancos
FURB	Universidade Regional de Blumenau
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UnC	Universidade do Contestado
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
Unibalsas	Faculdade de Balsas
UPE	Universidade de Pernambuco
UPF	Universidade de Passo Fundo

USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
Mackenzie	Universidade Presbiteriana Mackenzie
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MJ	Ministério da Justiça
MPS	Ministério da Previdência Social
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementa
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica e Minas Gerais
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Educação financeira	21
2.2 Finanças	25
3. METODOLOGIA	30
3.1 Tipologia da pesquisa	30
3.2 Amostra	33
3.3 Procedimentos de coleta e de análise dos dados	34
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira, pode ser entendida como o processo pelo qual os indivíduos e as sociedades podem melhorar a sua compreensão no que diz respeito a conceitos e produtos financeiros e, a partir dessas concepções, desenvolver as competências necessárias para se tornarem indivíduos mais conscientes das oportunidades, assim como dos riscos que estão envolvidos nessas escolhas, para que, dessa forma, consiga realizar as melhores escolhas, bem como como outras ações que melhorem seu bem-estar (OECD, 2005).

O Banco Central do Brasil (BACEN), define ainda a educação financeira como o meio pelo qual se torna possível obter conhecimentos em relação a comportamentos básicos, capazes de possibilitar que indivíduos e famílias gerenciem seus gastos, trazendo um melhor bem-estar financeiro. Esse fator, contribui com o desenvolvimento econômico, uma vez que a capacidade dos indivíduos em tomar suas decisões financeiras, sofre influência da economia, considerando que está geralmente atrelado a problemas relacionados ao nível de endividamento e de inadimplência das pessoas (BACEN, 2013).

Com o entendimento da educação financeira, os indivíduos são capazes de tomar melhores decisões com o seu dinheiro com base em sua racionalidade, pois a dinâmica da vida cotidiana impõe aos indivíduos uma complexidade de problemas e a capacidade cognitiva para uma tomada de decisão sob a perfeita percepção é limitada, seja em razão de informações incompletas ou por assimetria de informações (SIMON, 1955).

Dada a importância da educação financeira, e visto a necessidade de educar os cidadãos brasileiros no que diz respeito as suas finanças, foi determinado uma estratégia conjunta entre o Estado e a sociedade, e assim foi instituída por meio de decreto presidencial 7397 de 22 de dezembro de 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Que em razão do impulso às políticas de inclusão social no país, traz em seus objetivos, o intuito promover a educação financeira e previdenciária, aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos, e por fim, contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (OECD, 2013).

Para que fosse possível a execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), foi instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), o qual foi

composto por: i) quatro órgãos reguladores do mercado financeiro, sendo eles: o BACEN, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e por fim, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); ii) quatro ministérios: o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério da Fazenda (MF); e por último, iii) quatro representantes da sociedade civil: a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (BACEN, 2013).

Com o intuito de ampliar o alcance das ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil, o Decreto no. 10.393, de 9 de junho de 2020, instituiu uma nova ENEF, possuindo uma política nacional que contempla a esfera de governança estratégica através do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), o qual passou a ser responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da nova ENEF (BRASIL, 2020). Desta forma, o FBEF passou a ser responsável pelo estímulo de realização de ações educativas por parte das entidades públicas e das instituições privadas, que possuem interesse nos referidos temas, assim como pela divulgação de suas ações à sociedade. Passando a ser formado por oito órgãos e entidades de governo, sendo eles: o Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia a Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) e o Ministério da Educação (MEC) (ENEf, 2020).

Para uma maior disseminação do ensino da educação financeira nas escolas, existem projetos de leis em tramitação, como, por exemplo: o Projeto de Lei nº 3114/2019, proposto pelo Deputado Guiga Peixoto (PSL), que busca alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o estudo da educação financeira nos currículos da educação básica (BRASIL, 2019). Tem-se ainda o Projeto de Lei no. 3145/20, do deputado Loester Trutis (PSL), que também busca a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional, para incluir educação financeira no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica (BRASIL, 2020).

Porém já são apresentados casos em que foi realizado conquistas no âmbito da educação financeira no Brasil, como por exemplo o programa de Educação Financeira nas Escolas que é desenvolvido no estado de Tocantins desde o ano de 2010, sendo referência em todo o território. O estado que investiu na formação de professores, dos multiplicadores, com a reprodução do material didático e com a divulgação das experiências de sucesso, com o programa sendo implantado em apenas seis unidades escolares inicialmente, atualmente está presente em 408 escolas, contando com 777 professores envolvidos, 15 multiplicadores, que contemplam mais de 154 mil alunos (LIMA, 2021).

Estabelecido em 2017, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei n- 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme consta do Processo nº 23001.000201/2014-14, ficou homologado pelo ministro da Educação, José Mendonça Filho, em 20 de dezembro, o parecer CNE/CP nº 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 15 de dezembro de 2017, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, instituem e orientam a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, explicitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a ser observada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica ao qual foi previsto que as redes de ensino públicas e privadas adequassem seus currículos com a nova BNCC, que, dentre outras diretrizes essenciais para o ensino, incluiu a educação financeira no ensino básico. Por sua vez, a BNCC para o ensino médio foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) apenas no dia 4 de dezembro de 2018 e homologada na semana seguinte, no dia 14 de dezembro, pelo Ministério da Educação (MEC, 2020).

Com essa nova base é importante a atenção dada a Educação Financeira e à Matemática Financeira, sendo apresentada de forma clara e objetiva, a orientação de que sejam abordados conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos estudantes, trazendo conteúdos básicos para discussão em sala de aula, tais como taxa de juros, inflação, investimentos, impostos. Desta forma impulsionando a ampliação das ações educativas que mirem à promoção da Educação Financeira Brasileira, não necessariamente, criando uma disciplina, mas tratando o assunto dentro das disciplinas já existentes, como a Matemática, por exemplo, contemplar os assuntos de forma transversal,

não apenas ligado a matemática, mas também sendo abordado em diferentes contextos, como por exemplo consumo e trabalho (GIORDANO; ASSIS; COUTINHO, 2019).

Teixeira (2015), afirmou que a educação financeira, quando aplicada na vida dos cidadãos desde sua infância, proporciona maiores chances de um melhor controle e conhecimento dos seus recursos, e desta forma, viabiliza uma melhor qualidade de vida, podendo contribuir também na formação de uma sociedade mais consciente e preparada no que tange ao valor do dinheiro e dos seus bens, e assim, sendo capaz de enfrentar situações adversas.

Considerando que as publicações científicas são importantes para a produção e difusão do conhecimento e, em virtude da importância ao tema da educação financeira, este trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: *Qual o perfil das publicações científicas sobre Educação Financeira no país, de 2015 a 2020?*

Segundo Cordeiro, Maia e Silva (2019), apesar dos esforços vindouros da esfera pública em disseminar a educação financeira, como por exemplo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), os decretos, normas e projetos de lei que estão em busca de uma maior difusão dos estudos em relação ao tema, ainda é necessário que a educação financeira esteja mais presente na vida dos cidadãos, pois, para o autor, grande parcela da população ainda não possui conhecimentos suficientes sobre suas finanças, o que se reflete em elevadas proporções do comprometimento da renda com dívidas e aquisições de grande porte.

Nesse aspecto, os resultados em decorrência do presente trabalho podem direcionar as pessoas a procurarem literaturas específicas destinadas à difusão do conhecimento em questão, e até mesmo aprofundar os seus conhecimentos, a fim de que o domínio destes saberes possa trazer benefícios aos indivíduos, bem como reverter os efeitos negativos que a falta deste conhecimento traz para a economia.

Além disso, a consulta ao portal de periódicos da CAPES com as palavras-chaves: 'educação financeira' e 'bibliometria' não resultou nenhum trabalho, de forma que é esta a lacuna de conhecimento que este trabalho se propõe a preencher e seus resultados podem ajudar docentes e estudantes a direcionarem seus estudos evolutivos acerca do assunto.

Justifica-se ainda o corte temporal de 2015 a 2020, pelo fato de se buscar acesso aos resultados dos trabalhos mais recentes.

Sob este enfoque, o trabalho tem como objetivo geral investigar o perfil das publicações científicas sobre Educação Financeira no país, de 2015 a 2020 e, de forma específica:

- i. identificar o(s) ano(s) com maior frequência das publicações;
- ii. identificar a predominância dos assuntos centrais do referencial teórico dos trabalhos;
- iii. investigar a quantidade de autores por artigos, predominância de gênero, as redes de coautoria, as instituições a eles vinculadas mais representativas das publicações, bem como as unidades de federação e regiões geográficas com maior dedicação ao tema;
- iv. identificar a classificação predominante das pesquisas: quanto aos objetivos, quanto à abordagem do problema de pesquisa e quanto às técnicas empregadas e
- v. identificar o *qualis* das publicações e o impacto delas, consoante o índice H.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, este estudo descritivo, qualitativo, quantitativo e bibliométrico, foi dividido em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção traz o referencial teórico do estudo; a terceira seção traz os aspectos metodológicos; a quarta seção traz a análise dos resultados e a quinta e última seção traz as conclusões, seguidas das referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção encontra-se subdividida em Educação Financeira e Finanças.

2.1 Educação financeira

Por definição, Correa (2018) ensina que a educação financeira pode ser entendida como os conceitos e ferramentas que estão relacionadas à gestão, conhecimentos estes que ajudam a uma pessoa poder tomar as melhores decisões de acordo com a sua própria análise da sua saúde financeira, e este sendo o ponto primordial para gerenciar o dinheiro da melhor maneira possível. Para Pereira (2001), a educação financeira pode ser definida como:

Educação Financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano de viver bem, física, emocional, intelectual, social e espiritualmente. Educação Financeira não é apenas o conhecimento do mercado financeiro com todos os seus jargões, produtos, taxas e riscos, mas esse conhecimento faz parte do processo. Essa é uma forma de estar aberto ao processo constante de aprendizagem, com a alegria da descoberta, para ir atualizando a própria vida. É conhecer fontes de informação, como sites, chats, fóruns via Internet, jornais, livros, revistas, consultorias e acessá-las sempre que precisar. (PEREIRA *et al.*, 2001, p.199)

De acordo com Barbosa et al. (2021), a educação financeira não pode consistir exclusivamente na oferta de aulas de matemática para que os mais jovens aprendam a realizar cálculos, mas sim em ensinar questões do consumismo, no que realmente cada indivíduo necessita nos mais variados momentos de suas vidas, visto que, esses jovens são os futuros consumidores. “A sociedade em geral não se preocupa em conscientizar os jovens de como eles devem se comportar financeiramente, de como devem planejar suas finanças pessoais” (BARBOSA *et al.*, 2021, p.3)

Segundo Marangoni (2017) a população como um todo, não possui de forma natural o talento necessário para gerir o seu dinheiro, e desta forma, se faz necessário estruturar essa habilidade através de uma séria e constante educação financeira.

A ausência da educação financeira na vida de um cidadão, não traz malefícios apenas em sua vida pessoal, mas também em seu coletivo, pois traz consigo o despreparo administrativo e gerencial em pessoas, visto que, um cidadão que não é capaz de administrar seus insumos, da mesma forma não terá a capacidade de administrar os recursos coletivos (REBELLO; HARRES; ROCHA FILHO, 2015; AUGUSTO, 2016).

Entre as instituições que estudam a educação financeira nos países, pode-se citar a Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), a qual utiliza-se de oito perguntas que dentre os assuntos trazem a compreensão de cálculos de juros, risco e ao retorno, dentre outros assuntos, considerando uma pontuação que pode variar do um ao oito, a qual entende-se que as pontuações acima de seis, são classificados os indivíduos altamente experientes em lidar com os desafios das suas questões financeiras pessoais, enquanto as pontuações entre quatro e cinco, os indivíduos com um conhecimento moderado e por fim, as pontuações abaixo de três, classifica os indivíduos com um conhecimento muito baixo (OECD, 2013).

Dentre as ações do governo para a educação financeira no país, foi lançado um programa chamado de Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, que através do Decreto nº 7397, de 22 de dezembro de 2010, traz, dentre seus objetivos, a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária, e aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos (FIORI *et al*, 2018). A ENEF possui a intenção de consolidar os cidadãos no processo das tomadas de decisões que envolvem os seus recursos, para assim tratar as suas escolhas financeiras de uma maneira prudente e adequada. Sendo composta por oito órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil (GROENWALD e OLGIN, 2018; FERNANDES e VILELA, 2019; VIEIRA, MOREIRA JUNIOR e POTRICH, 2019; HURTADO e FREITAS, 2020).

Os alcances que a educação financeira pode promover são diversos. Dentre eles, pode-se citar a capacidade de proporcionar um planejamento orçamentário que possibilite ao indivíduo acompanhar todas as suas receitas e despesas em um determinado momento, e assim, com propósito de educá-lo para que consiga poupar recursos financeiros para realizar investimentos futuros (SILVA *et al*, 2017; FIORI *et al*, 2018; SILVA *et al*, 2019).

Devido à importância da educação financeira na vida da população, foi proposto em 2016 e homologado pelo ministro da Educação, em 20 de dezembro de 2017, o parecer CNE/CP nº 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 15 de dezembro de 2017, que o tema deveria constar na Base Nacional Comum Curricular, dada a sua relevância e pertinência social e, desta forma, a importância de que faça parte do currículo escolar brasileiro (GROENWALD e OLGIN, 2018;

CORDEIRO, MAIA e SILVA, 2019; VIEIRA, MOREIRA JUNIOR e POTRICH, 2019; HURTADO e FREITAS, 2020).

A educação financeira e a alfabetização financeira possuem, pelo menos no que se diz respeito a suas finalidades, uma mudança de comportamento e assim, uma melhor gestão de recursos próprios (CAMPOS, COUTINHO, 2019; CHIAPPETTA e SILVA, 2019). Com isso, seja em países desenvolvidos ou em países emergentes, tem-se a preocupação com o nível de alfabetização financeira da população, pois é observado que a ausência desse tema na vida dos cidadãos é um dos fatores que contribuem para decisões mal tomadas e com enormes repercussões negativas (VIEIRA, MOREIRA JUNIOR e POTRICH, 2019).

Entre os fatores que podem atravancar a disseminação da educação financeira, é o impacto das crenças e concepções dos indivíduos em formação que desejam lecionar frente ao tema, uma vez que é considerado que essas reflexões são construídas desde as primeiras experiências escolares, e como a educação financeira não estava presente, é temido que não haja entre esses futuros professores comprometimento com a abordagem deste tema, uma vez que as propostas de o incorporar à educação básica são recentes. E assim, é necessário conhecer o que os futuros professores concebem sobre a Educação Financeira para que dessa forma seja possível, propor uma formação impactante, que os conduza a inserir uma educação financeira crítica em suas práticas (ARAÚJO; BARBOSA; LUNA, 2018).

Para que exista uma efetividade no ensino da educação financeira, é necessário que primeiramente haja uma transição do ensino da matemática financeira, visto que esta é uma das ferramentas essenciais para o exercício da reflexão e crítica acerca de situações que influenciam a vida financeira das pessoas, ou seja não limitando o ensino em apenas aplicação de fórmulas de juros ou cálculos mais requintados. Visto que a educação financeira a partir da matemática financeira tem um objetivo com o compromisso educacional, devendo ser tratada em todos os níveis de escolaridade, da educação básica à superior (SCOLARI; GRANDO, 2016; CUNHA; LAUDARES, 2017; RODRIGUES; ANTUNES; RODRIGUES, 2018).

Há uma necessidade desses aprendizados da matemática financeira seja desenvolvida com a população, uma vez que é de grande importância no desenvolvimento pessoal e social, da mesma forma que é bem significativo saber lidar com problemas que são comuns a qualquer cidadão como por exemplo os rendimentos, juros, despesas, salário,

investimento, ética, sustentabilidade, dentre outros comuns à Educação Financeira. Ou seja, ser educado financeiramente auxilia para a tomada de boas decisões, colaborando que os cidadãos tenham melhor controle sobre seus gastos, não comprometendo o orçamento familiar, através de um planejamento, utilizando da matemática para este fim (TEIXEIRA, 2016; DIAS e GABAN, 2019).

Para Scolari e Grando (2016), devido à relevância da educação financeira, é necessário que as escolas empreguem metodologias de ensino que viabilizem aos discentes o desenvolvimento de capacidade crítica e autonomia, a fim de que os mesmos estejam aptos a resolver problemas do cotidiano por meio de análise crítica. As autoras seguem afirmando que a matemática, e de forma mais específica a matemática financeira traz consigo as principais ferramentas que são essenciais para o desenvolvimento da educação financeira, uma vez que o conteúdo destes componentes curriculares permite que sejam inseridas situações que tratam desde as transações financeiras simples até as mais complexas, de forma que as mesmas devem ser tratadas não apenas como um ensino de regras e macetes, mas sim que se desenvolvam atividades que contribuam para o manejo do dinheiro, propiciando a interdisciplinaridade, trabalhando em conjunto a formação dos valores éticos e a construção da cidadania.

A Educação financeira é o complemento essencial para a conduta do mercado, assim como da regulação prudencial, capaz de melhorar os comportamentos financeiros dos cidadãos, e devido a isso, em muitos países a educação financeira é prioridade das políticas de longo prazo (OECD, 2017).

Devido a isso, é importante que a educação financeira seja realizada desde cedo, pois, de acordo com Santos (2014), introduzindo os conceitos básicos de finanças pessoais de forma gradual na alfabetização das crianças, contribuirá para que, quando adultos, sejam mais conscientes e responsáveis na administração de suas finanças.

Para que seja possível atingir esses melhores resultados, é importante que os indivíduos possuam alguns conhecimentos e os seguintes comportamentos básicos: (i) entender o funcionamento do mercado e o modo como os juros influenciam a vida financeira do cidadão (a favor e contra); (ii) consumir de forma consciente, evitando o consumismo compulsivo; (iii) saber se comportar diante das oportunidades de financiamentos disponíveis, utilizando o crédito com sabedoria e evitando o superendividamento; (iv)

entender a importância e as vantagens de planejar e acompanhar o orçamento pessoal e familiar; (v) compreender que a poupança é um bom caminho, tanto para concretizar sonhos, realizando projetos, como para reduzir os riscos em eventos inesperados; e, por fim, (vi) manter uma boa gestão financeira pessoal. (BACEN, 2013)

2.2 Finanças

Finanças, que advém do francês, *finance*, está relacionado à ciência da gestão do dinheiro. Entende-se por finanças:

(...) a arte e a ciência de administrar fundos. Praticamente, todos os indivíduos e organizações obtêm receitas ou levantam fundos, gastam ou investem. Finanças ocupa-se do processo, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de fundos entre pessoas, empresas e governos. (GITMAN *et al*, 2010, p. 3)

De acordo com Cordeiro (2020) as finanças sob a óptica da ciência, estuda a forma como as pessoas alocam seus recursos ao longo do tempo. O autor segue informando que os conhecimentos sobre finanças consistem em um conjunto de conceitos que ajudam a organizar o pensamento na destinação de recursos com base em modelos quantitativos que servem para avaliar alternativas e tomar decisões.

Segundo Bodie e Merton, o sistema financeiro nacional (SFN) é capaz de englobar os mercados financeiros e de capitais, os intermediários (bancos, corretoras, entre outras), as empresas de serviços e outras instituições que possibilitam as decisões financeiras para famílias (indivíduos), empresas e governo (BODIE E MERTON, 2002, p. 51). Desta forma, Bodie e Merton define ainda a teoria financeira como:

(...) sendo um conjunto de conceitos que ajudam a organizar o pensamento das pessoas sobre como alocar recursos ao longo do tempo e um conjunto de modelos quantitativos para ajudar as pessoas a avaliarem alternativas, tomarem decisões e implementá-las. (BODIE E MERTON, 2002, p. 32)

Isto posto, pode-se atribuir que o conhecimento em finanças, não é apenas nas questões de administração de negócios, mas também a administração dos recursos pessoais de um indivíduo ou família, visto que esses constantemente estão em busca de formas mais eficazes de alocar os seus recursos, que pode ser o tempo e a sua renda disponível (BODIE E MERTON, 2002).

De acordo com Branco (2015), estudar finanças contribui com o processo de cidadania no mundo capitalista atual, com a educação financeira englobando a particularidade de cada ação dos cidadãos, como o ato de poupar dinheiro e entender o funcionamento das aplicações, contribuindo para uma vida financeira saudável.

Importante no âmbito escolar, se faz necessário que as finanças esteja presente nos contextos das aulas, de modo a potencializar a autonomia dos alunos e despertar opiniões conscientes e críticas nas diversas práticas financeiras, na sua vida particular, familiar ou comunitária (LEITE, 2017; HURTADO e FREITAS, 2020).

As finanças pessoais podem ser entendidas como a forma que as pessoas (indivíduos ou famílias) se comportam quanto o manejo de capital, sendo ele próprio ou de terceiros, para obter acesso a bens de consumo, bem como a alocação de seus recursos físicos com a finalidade de obter dinheiro e crédito, de acordo com a sua fase de vida (FIORI *et al.*, 2018; HURTADO e FREITAS, 2020; VIEIRA *et al.*, 2020).

De acordo com Conto, Fuhr, Faleiro e Kronbauer (2015), finanças pessoais está, na maioria das vezes, associada ao êxito ou fracasso econômico que uma pessoa ou família aufer de suas atividades. Sendo desta forma, o comportamento que as pessoas têm, comprometem de forma direta em seu resultado financeiro final. Segundo Cherobim e Espejo, a definição de finanças pessoais pode ser dita como:

A ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família. Em finanças pessoais são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro. (CHEROBIM; ESPEJO *et al.*, 2011, p.1)

Possuir as finanças pessoais em ordem, não é algo relevante apenas aos que exercem sua profissão em cargos financeiros, mas sim para todos os indivíduos, uma vez que, está diretamente ligado ao planejamento pessoal e remete com os objetivos de vida dos cidadãos (LIMA *et al.*, 2019). O autor segue afirmando que as decisões financeiras de um indivíduo ou famílias são fundamentadas na ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros, ou seja, finanças pessoais.

Para que um adulto possa ter maiores chances em lidar da melhor forma possível com problemas de finanças pessoais e planejamento do orçamento, é necessário que tenha tido uma base sólida a respeito desses assuntos (FIORI *et al.*, 2018). Contudo, é observado

que gerenciar as finanças pessoais é um desafio para o qual muitas pessoas não conseguem alcançar seu êxito, e por esse motivo se faz necessário que os indivíduos adquiram conhecimentos e instrumentos que permitam compreender a dinâmica financeira em seu contexto social (HURTADO e FREITAS, 2020).

As finanças comportamentais, são definidas por Souza (2017), como uma área nova de finanças, que possui o intuito de esclarecer o comportamento humano diante da tomada de decisões, considerando os vieses e processos heurísticos que induzem as próprias decisões de acordo com as análises e contextos a qual está inserido.

Segundo Hofmann (2020), entre os fatores que podem influenciar a interpretação ou escolha, sendo esta financeira ou não, são os vieses cognitivos, uma vez que, são inerentes ao comportamento humano, podendo se apresentar nas mais diversas formas, porém, sendo a Psicologia e as Finanças Comportamentais áreas que têm lhes dedicado atenção especial. Dentre os vieses que mais receberam atenção das análises sobre o comportamento econômico, acredita-se que o viés de negatividade (ou efeito negatividade) seja um dos que mais tenha se difundido com o desenvolvimento da Psicologia Econômica e das Finanças Comportamentais que possui entre os vieses mais abordados no âmbito da análise do comportamento econômico, pode-se citar a aversão ao risco, identificado como expressão do viés de negatividade, que em contextos financeiros, perdas são sentidas com mais intensidade do que ganhos quantitativamente idênticos, ou seja, o sofrimento da perda monetária não é igual em intensidade à alegria proporcionada por um ganho financeiramente idêntico.

Dentro do mundo das finanças, tem-se a figura do investidor que, durante algum tempo teve suas práticas de especulação condenadas socialmente, entretanto, a partir do século 20, essa ideia passou a ser moral e economicamente aceita, passando-se a separar a figura do jogador da figura do especulador e, desta forma, a imagem do investidor vem sendo substituída por representações que destacam a “racionalidade” nos mercados de capitais, que baseiam seus atos nos estudos científicos, nos métodos e softwares que dão ares de segurança e legitimam às práticas de investimento, e assim, gerando mudanças cognitivas na sociedade (LEITE, 2017).

Em contraposição a figura do investidor, tem-se a figura do consumidor e devedor, a qual Buaes (2015), traz a definição do consumo, como um ato que se aproxima cada vez

mais com o desejo das pessoas buscarem a satisfação de seus desejos, sendo essa promessa de satisfação de desejos que movimenta a economia nas sociedades contemporâneas. O autor conclui que, para existir esse movimento do consumo, é necessária a existência da produção dos objetos, mas, sobretudo, necessita da destruição deles para manter o ciclo em movimento.

Na estrutura atual vigente que, por sua maioria, é capitalista, o consumo é fundamental no jogo de mercado e, para continuar com esse sistema em pleno funcionamento, é essencial o recrutamento de uma sociedade de consumidores, que estejam dispostos a consumir o que lhes for oferecido (ARAÚJO, BARBOSA e LUNA, 2018).

De acordo com Fiori *et al* (2018), o consumismo é um ato que depende de cada indivíduo, pois entende-se que, enquanto alguns cidadãos conseguem equilibrar a real necessidade de um produto ou serviço ser ou não adquirido perante o seu orçamento, outros indivíduos consomem além do que necessitam, muitas vezes fora do seu orçamento pessoal, e dessa forma acabam ficando endividados. Os autores consideram que, com o consumo desenfreado pode ocasionar o endividamento, e quando esse endividamento não é pago, gera a inadimplência, que entre as principais causas é o desemprego, pois dessa forma aquelas pessoas que tinham adquiridos dívidas para serem pagas a longo prazo, tem sua forma de renda comprometida e assim surgem a dificuldade de pagar o que devem. A segunda maior causa é o descontrole financeiro, pois a forma como a família lida com os seus recursos financeiros, atrelado com a falta de planejamento, pode gerar gastos além do que estaria dentro do seu orçamento e conseqüentemente, essas atitudes são passadas aos filhos.

Atrelado ao orçamento familiar, tem-se a economia doméstica, uma vez que a falta de controle financeiro é a fonte das dívidas e da inadimplência, e entre as premissas do orçamento doméstico temos o hábito de guardar dinheiro para possíveis eventualidades como desemprego e problemas de saúde, sendo assim, os conhecimentos sobre economia doméstica são fundamentais para o desenvolvimento adequado dos núcleos familiares, comunidades, assim como, a economia de modo geral (ANTONANGELO, 2018).

Porém dada a trajetória histórica da economia doméstica no Brasil, percebe-se que o contexto histórico e social que o tema foi abordado no país, priorizava a figura da mulher, como sendo a única responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, enquanto a figura masculina era responsável pelo mundo externo. Contudo, dada as mudanças no cenário e nas

políticas, é observado atualmente uma reestruturação do conteúdo presente na economia doméstica, a qual pode ser observado a presença de novos e velhos discursos, apresentando uma necessidade que esta área de ensino tenha que se adaptar às novas demandas sociais e produtivas, mesmo com grandes vestígios no que concerne a criação da educação financeira (FERNANDES e VILELA, 2019).

A próxima seção traz os aspectos metodológicos do trabalho.

3. METODOLOGIA

Esta seção traz a tipologia do estudo quanto aos objetivos, quanto à abordagem do problema e quanto às técnicas empregadas.

3.1 Tipologia da pesquisa

De acordo com Fernandes *et al.* (2018), quanto aos objetivos das pesquisas científicas, elas podem ser divididas em exploratória, descritiva e explicativa.

Nascimento (2016) caracteriza a pesquisa exploratória por ter entre seus objetivos, a capacidade de oportunizar um número mais elevado de informações do assunto estudado, proporcionando definição e delimitação do tema da pesquisa. Em geral, assumem as formas bibliográficas e estudos de caso e possuem um planejamento flexível, que podem envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que se envolveram com o tema estudado e análise de exemplos que estimule a compreensão.

Severino (2018), constata que a pesquisa explicativa busca registrar e analisar os fenômenos estudados, mas além disso, busca as causas destes, sendo por intermédio da aplicação dos métodos experimental/matemáticos, ou por interpretação que é possibilitada pelos métodos quantitativos.

O presente trabalho, seguiu os pressupostos da pesquisa descritiva, utilizando de técnicas padronizadas para a coleta de informações ou dados e tem entre suas particularidades mais marcantes, o objetivo de descrever características de uma população ou fenômeno, como também pode estabelecer uma relação entre as variáveis sem interferir nos resultados (PÁDUA, 2016). De acordo com Nascimento (2016), esse tipo de estudo tem uso mais restrito, em que é aplicado o método experimental de pesquisa, possuindo uma grande complexidade, e assim, identificar atributos ou fatores que determinam a ocorrência dos fenômenos.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser predominantemente qualitativa, predominantemente quantitativa ou qualitativa e quantitativa. No caso da última, quando não houver uma exata predominância dos dois primeiros.

Em uma pesquisa predominantemente qualitativa, o pesquisador busca encontrar os significados com uma percepção mais empírica e subjetiva, tendo como base a percepção do

fenômeno dentro do seu contexto, com a subjetividade do autor presente em todo o processo da (SILVA; RUSSO; OLIVEIRA, 2018).

Por sua vez, a pesquisa predominantemente quantitativa, segue rigorosamente o estudo a um plano previamente estabelecido, com hipóteses e variáveis definidas pelo pesquisador (PROETTI, 2018). O autor acrescenta ainda, que o método visa a enumerar e medir eventos de forma objetiva e precisa, com o intuito de mensurar fatos divisíveis, assim como se pode exemplificar com a ciência da Física e da Matemática.

A abordagem qualitativa e quantitativa foi utilizada na presente pesquisa. As características da primeira estão presentes na descrição das características das publicações deste estudo e as características da segunda estão presentes na quantificação da métrica própria dos estudos bibliométricos. De acordo com Proetti (2018), essas abordagens podem ser utilizadas em conjunto, conforme os objetivos e as necessidades metodológicas exijam para se obter um estudo com dados adequados às singularidades de cada trabalho.

Quanto às técnicas empregadas para a coleta dos dados, a pesquisa pode ser, dentre outros: de campo, questionário, entrevista, formulário, bibliográfica e documental.

De acordo com Severino (2018), a pesquisa de campo é utilizada com o intuito de obter informações, bem como conhecimentos que busquem respostas para um problema, ou, ainda descobrir novas relações ou fenômenos, por meio da observação de fatos e fenômenos, sejam eles de forma espontânea, ou mediante o registro de variáveis que o pesquisador presuma relevantes ao estudo e que mereçam ser analisadas, abrangendo desde os levantamentos mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Por sua vez, questionários e entrevistas são técnicas de levantamento de dados primários, possuindo um grande valor no detalhamento verbal das suas fontes, cabendo destacar que a entrevista se diferencia do questionário, pelo fato de, necessariamente, ser realizada de forma presencial, entre o entrevistador e o entrevistado, podendo também ser realizada com base em um roteiro de questões predeterminadas, enquanto o questionário tem em sua premissa a elaboração de um impresso próprio com as questões a serem formuladas em uma mesma sequência para todos os informantes (PÁDUA, 2016).

A entrevista pode ser classificada em padronizada ou estruturada que, nesse caso, o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, existindo assim uma padronização. A

entrevista também pode ser não estruturada, quando não existe um roteiro, tornando-a mais flexível, com oportunidade de o entrevistador explorar de forma mais ampla e com mais liberdade determinadas questões, que, em geral, são perguntas abertas (NUNES; NASCIMENTO; ALENCAR, 2016). Existem ainda as entrevistas em forma de painel e se caracterizam por utilizarem questões repetidas que são aplicadas de tempos em tempos aos mesmos entrevistados, com o intuito de estudar as variações dos dados ao longo do tempo (ARAGÃO; NETA, 2017).

No método de formulário, segundo Pádua (2016) é o sistema que obtém os dados diretamente do respondente, seguindo uma lista de questões reunidas no instrumento de coleta pelo pesquisador. Neste caso as respostas apresentadas pelo informante da pesquisa, não se dão, necessariamente, em situação que o pesquisador e o informante se coloquem, portanto, o preenchimento das respostas do instrumento é feito pelo próprio pesquisado, sob a orientação do pesquisador.

No caso de questionário, este instrumento de coleta é muito parecido com o formulário, mas se distingue dele, pelo fato de, no caso do primeiro, ser necessário que o próprio pesquisador anote as respostas do informante no instrumento, portanto, sendo necessário que pesquisador e pesquisado se coloquem face a face, portanto, tendo como vantagem o possível esclarecimento às questões apresentadas (PROETTI, 2018).

Quanto às técnicas, o trabalho também pode ser bibliográfico, quando tem como fontes, livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, o que permite ao pesquisador um contato direto com todo o material já escrito em relação ao tema de estudo (SOARES, PICOLLI E CASAGRANDE, 2018). Considerando que toda pesquisa acadêmica carece de um referencial teórico, pode-se dizer que toda pesquisa acadêmica também é bibliográfica.

Por sua vez, a pesquisa documental, apesar de bem parecida com a pesquisa bibliográfica, diverge dela principalmente por suas fontes, visto que utiliza fontes que ainda não receberam um tratamento analítico, e realiza análise do material, compreendendo três fases: i) a pré-analítica, que é uma análise textual; ii) a exploração do material, onde é realizada uma análise temática e interpretativa, mediante a qual é feita a problematização das informações que constam nos documentos e, por fim, iii) tratamento dos resultados e interpretação, e assim, tornar válidos os significados encontrados (PROETTI, 2018).

3.2 Amostra

Para determinação do tamanho da amostra, foi realizado um levantamento de todos os trabalhos existentes no portal de periódicos da Capes, e que tinham Educação Financeira no seu título. A justificativa do portal Capes se dá ao fato de que ele tem disponível artigos recentes de pesquisadores brasileiros indexados na base Scopus, o que representa o principal portal brasileiro de buscas acadêmicas. Foi utilizado no portal Capes as palavras Educação Financeira para os anos de 2015 a 2020.

A Figura 1 traz os filtros utilizados para a busca dos artigos, o qual resultou em 20 trabalhos, os quais determinaram o tamanho da amostra objeto do estudo bibliométrico.

Figura 1 - Resultados da pesquisa no Portal Capes

Fonte: CAPES (2021)

Conforme mostrado na Figura 1, o levantamento no portal da CAPES resultou em 20 artigos teórico-empíricos nacionais, após o uso dos seguintes filtros: i) tópico: “Educação Financeira”; ii) título “Educação Financeira”, pois a pesquisa tinha dentre seus objetivos,

avaliar precisamente o tema Educação financeira das publicações nacionais para, desta forma, viabilizar a verificação do andamento de estudos nessa área; iii) data da publicação: “últimos 5 anos”; iv) data inicial e final: “01/01/2015 a 31/12/2020”, considerando que isso resultou na apresentação dos trabalhos mais recentes, sem que, com isso, trouxesse trabalhos já ultrapassados por conhecimentos mais recentes e v) tipo de material: “todos os itens” e vi) idioma: “todos”, a fim de não restringir a quantidade de trabalhos.

Ante o exposto, o estudo bibliométrico compreendeu toda população constituída pelos 20 trabalhos resultantes dos parâmetros do filtro de busca da coleta realizada em janeiro de 2021. Assim, a próxima seção traz os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

3.3 Procedimentos de coleta e de análise dos dados

Após a seleção dos trabalhos compreendidos na amostra, foi feito o *download* dos arquivos de todos eles e, em seguida, foi realizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2016), para a coleta e análise dos dados, consoante os tipos de dados que foram orientados pelos objetivos específicos deste estudo e as categorias de cada tipo de dados foram definidas, algumas *a priori*, e outras, *a posteriori*, conforme os ensinamentos do referido autor.

Para a identificação da classificação de cada um dos periódicos onde os trabalhos foram publicados, foi acessado o portal WebQualis, na Plataforma Sucupira da Capes, junto a classificação do quadriênio 2013-2016 na área de avaliação interdisciplinar, bem como a tabela do novo qualis, ainda pendente de aprovação, mas que tende a dotar um único qualis para todas as áreas. Foi investigado também o fator de impacto dos periódicos, representado pelo CiteScore da plataforma Scopus, bem como pelo Índice-H das revistas, divulgado pelo Scientific Journal Ranking, SJR (2021). Para identificar o fator de impacto das publicações, investigou-se índice H dos autores dos trabalhos divulgado no âmbito do Google Acadêmico. O Índice-H da base Scopus é um importante indicador de qualidade e relevância na produção científica, que fornece dados quanto à quantidade de publicações e de citações dos autores dos trabalhos.

Cabe ressaltar que as etapas da análise de conteúdo foram as seguintes: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos dados, inferência e a interpretação dos resultados (BARDIN, 2016).

Assim, os tipos e categorias dos dados coletados e tabulados encontram-se mostrados no Quadro 1. Nele, foi configurada e elaborada a planilha onde todas as categorias de dados definidos *a priori* receberam códigos. A cada tipo de dados, as suas respectivas categorias receberam, cada uma, códigos em numerais arábicos atribuídos em ordem crescente, iniciando por 1 e reiniciando a contagem para cada novo tipo de dados.

Os dados definidos *a posteriori* receberam o mesmo tratamento, exceto no que concerne aos tipos de dados nº. 10 do Quadro 1, que, por terem categorias definidas *a priori*, bem como categorias definidas *a posteriori*, impôs que a última recebesse numerais seguintes às numerações já atribuídas às categorias definidas *a priori* dos mesmos tipos de dados.

Quadro 1 – Tipos e categorias dos dados analisados.

Nº.	Tipo de dados		Categorias dos dados
1	Ano		2015, 2016, 2017, 2018, 2019 ou 2020
2	Assuntos centrais do referencial teórico		Definidas <i>a posteriori</i>
3	Gênero dos autores		Masculino ou Feminino
4	Redes de coautorias		Definidas <i>a posteriori</i>
5	Instituições vinculadas aos autores		Definidas <i>a posteriori</i>
6	Unidades de federação vinculadas às instituições		Todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal (DF)
7	Regiões geográficas vinculadas às instituições		Norte (N), Nordeste (NE) Sul (S), Sudeste (SE) ou Centro-oeste (CO)
8	Qualis dos periódicos	Tabela do Quadriênio 2013/2016	Sem qualis, A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, B5 e C
		Tabela do novo qualis	
9	Fator de impacto (índice H)		Definidas <i>a posteriori</i>
10	Classificação do estudo quanto aos objetivos		Descritivo, explicativo ou exploratório
11	Classificação do estudo quanto à abordagem do problema		Qualitativo, Quantitativo ou Quali-quantitativo
12	Classificação do estudo quanto às técnicas de coleta e de análise dos dados		Pesquisa documental, pesquisa de campo, questionário, entrevista ou outras definidas <i>a posteriori</i>

Fonte: Elaborado pelo autor

Na fase de tratamento dos dados, foram adotados os seguintes critérios:

- i. como todo trabalho científico contempla pesquisa bibliográfica, foi desconsiderada esta categoria, pelo fato de se ter a compreensão de que todos os trabalhos seriam assim classificados, não necessitando, portanto, ser a mesmo objeto de investigação;
- ii. no que concerne aos tipos de dados 10, 11 e 12, do Quadro 1, na ausência da menção expressa dos dados inerentes às categorias de cada tipo, foi feita a classificação pelo pesquisador da presente pesquisa.

Para a classificação das categorias das unidades de federação, as mesmas foram definidas pelo domicílio das instituições de educação e, por conseqüente, foram definidas as respectivas regiões geográficas.

Finda a codificação de todos os dados, foi configurada a planilha para a tabulação e compilação dos dados, com todas as categorias dispostas no Quadro 1, elencadas nas colunas, por ordem dos tipos dos dados e todos os trabalhos científicos contemplados na população deste estudo identificados, cada um em sua respectiva linha, de modo que cada linha compilou todos os dados e categorias inerentes a cada trabalho e as colunas, por sua vez, com as informações de todas as linhas, foram totalizadas após o encerramento da coleta e tratamento dos dados.

Os assuntos centrais foram selecionados a partir das palavras chaves dos estudos, após esse procedimento foram compilados em uma planilha. Em seguida, foram copiadas as palavras para a ferramenta online Word Art, e, assim, a figura foi gerada pela ferramenta, que realiza a contagem das palavras e põe em destaque, em um tamanho maior, aquelas que apareceram com maior frequência e, em menor destaque, conseqüentemente, em menores tamanhos, as palavras pouco citadas.

Finda a coleta e tabulação dos dados, eles foram compilados para que fosse dado prosseguimento ao estudo na fase da análise. Como estratégia da análise, foi realizado um estudo bibliométrico. Proposto por Pritchard (1969), a bibliometria é o aproveitamento dos métodos estatísticos e matemáticos para o estudo de obras literárias. Chueke e Amatucci (2015) discorrem que a bibliometria tem o propósito de explorar a produção de artigos em determinados estudos, assim como, mapear as produções acadêmicas identificando quais as redes de pesquisadores e suas motivações.

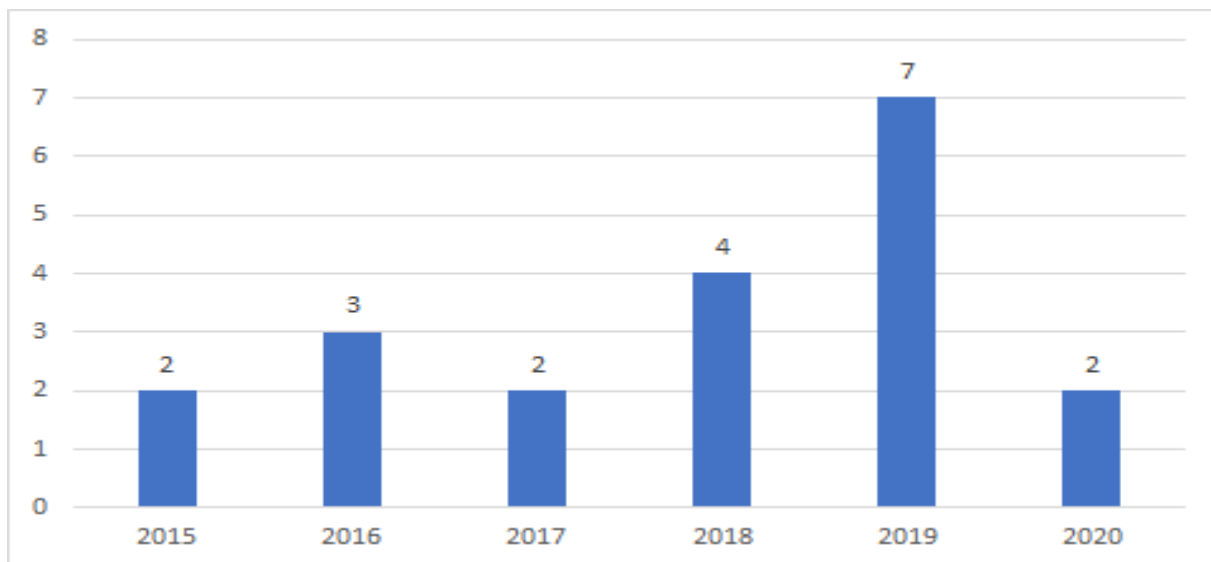
Para ilustrar os aspectos a serem ressaltados referentes ao estudo bibliométrico, foram elaborados gráficos e quadros destinados a prover informações necessários ao alcance dos objetivos. Os gráficos e quadros foram gerados pela ferramenta de planilhas do Excel.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos acerca do levantamento da produção acadêmica em relação à temática de Educação Financeira dos 20 artigos do portal Capes, que tiveram Educação Financeira em seus respectivos títulos, nos anos de 2015 a 2020.

No Gráfico 1, é possível observar que, durante os anos de 2015 a 2017, não foi apresentado um número significativo de publicações acerca do tema, sendo encontrado apenas um total de sete artigos ao todo, ao longo destes três anos. Nos anos de 2018 e 2019, foi concentrado o maior número de publicações, com 11 trabalhos nestes dois anos, sendo sete deles concentrados no ano de 2019. Acredita-se que esta elevação nos anos de 2018 e 2019 é explicada pelo fato de, em dez/2017, ter sido aprovada a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCCA), a qual aprovou a inclusão da Educação Financeira na base curricular nas escolas públicas e privadas brasileiras.

Gráfico 1 – Frequência das publicações sobre Educação Financeira, de 2015 a 2020, por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 1 revelou ainda, uma baixa quantidade de trabalhos, uma vez que a média anual nos cinco anos foi de apenas 4 publicações e a média anual de 2015 a 2017, antes portanto da nova BNCCA foi de apenas 2,3 publicações e a média a partir dela foi de 4,3 trabalhos, portanto, mais próxima da média do período analisado.

O Gráfico 2 mostra a nuvem de palavras formada a partir da frequência com que as palavras foram exibidas como palavras-chaves dos resumos dos 20 trabalhos, revelando então

que ‘Educação’ foi a mais citada, seguida de ‘Matemática’, ‘Financeira’ e depois ‘Ensino’, entretanto, foram ainda bastante citadas, porém, com menor frequência, as palavras: ‘Finanças’, ‘Pessoais’, ‘Juros’, ‘Jovens’ e ‘Idosos’, mostrando que o estudo acerca de educação financeira impacta a vida do cidadão, devendo sim ser abordado no âmbito curricular desde a formação básica.

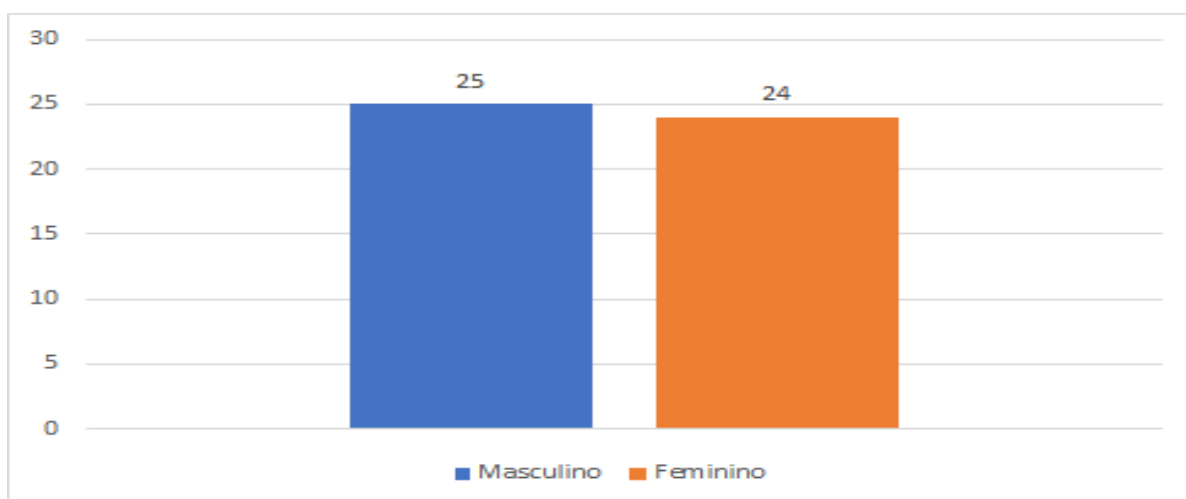
Gráfico 2 - Assuntos centrais dos resumos dos trabalhos sobre Educação Financeira de 2015 a 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em face do Gráfico 2, foi possível então identificar a preocupação dos autores que Educação Financeira seja discutida nas salas de aula e também em compreender e analisar o comportamento dos indivíduos na gestão financeira de seus recursos pessoais e, assim, isso mostra que a educação financeira está diretamente relacionada ao comportamento das pessoas. Também se observa que algumas palavras não foram muito frequentes, como por exemplo: consumo, economia doméstica, controle financeiro, inadimplência, e taxa de juros, conceitos estes que agregariam ainda mais ao estudo de educação financeira no país.

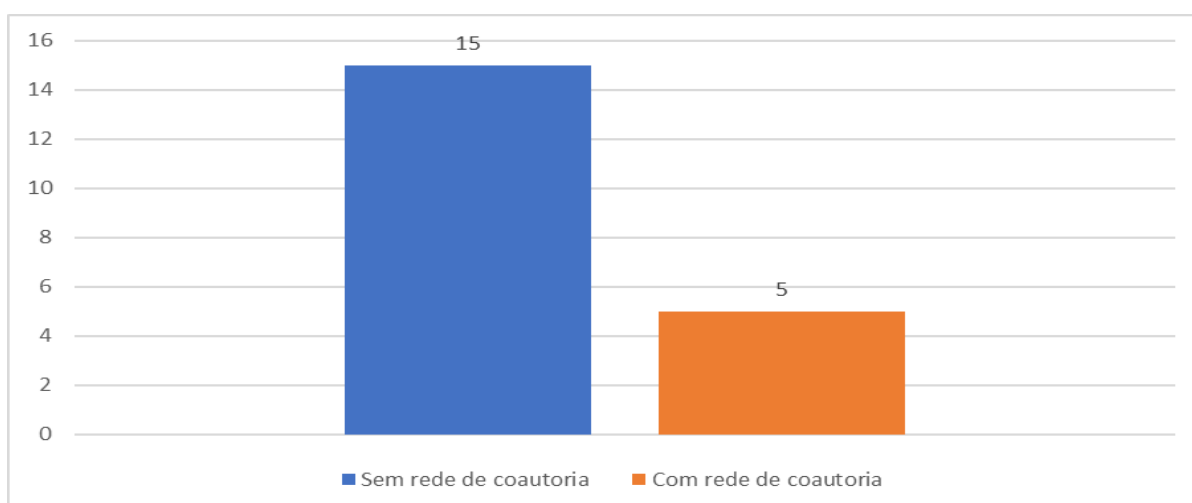
O Gráfico 3 traz os resultados da análise de gênero dos autores dos trabalhos objeto desta pesquisa. Considerando que alguns trabalhos possuem mais de um autor, então a quantidade total da frequência dos autores foi maior que a quantidade de trabalhos. Cabe informar ainda que nenhum autor publicou em mais de um trabalho.

Gráfico 3 - Gênero dos autores dos trabalhos sobre Educação Financeira de 2015 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 3 mostrou que 49 diferentes autores estiveram presentes nas 20 publicações, o que dá uma média de 2,45 autores por trabalho. Dentre os 49 autores, 25 são do sexo masculino e 24, do sexo feminino, o que mostra que não há uma discrepância de gênero nestas publicações, ante uma reduzida vantagem do gênero masculino. Assim, fica evidente que o tema tem sido observado e estudado, tanto por homens, quanto por mulheres.

O Gráfico 4 traz as redes de coautoria, assim entendidas como autores representantes de mais de uma entidade de ensino.

Gráfico 4 – Trabalhos sobre Educação Financeira com e sem redes de coautoria de 2015 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

À luz do Gráfico 4, dentre os 20 trabalhos, apenas cinco deles (25%) apresentou redes de coautoria e os 15 (75%) restantes foram autores representantes de apenas uma instituição de ensino, mostrando assim a prevalência deste tipo de publicação, o que revela que, sobre Educação Financeira, não foram encontradas de 2015 a 2020 grandes colaborações e parcerias científicas entre as instituições de ensino, no que concerne às publicações.

A partir dos resultados apresentados pelo Gráfico 4, foram analisados os cinco trabalhos com redes de coautoria, com a finalidade de descrever cada uma delas, o que segue mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Identificação das redes de coautorias dos trabalhos sobre Educação Financeira de 2015 a 2020

Nº ordem dos trabalhos	Quantidade de instituições	Nome das Instituições	Qde. de autores
1	2	CEFET/MG; PUC/MG	2
2	2	FDB; UENP	2
3	4	UFSC; UNIBALSAS; UCDB; UnC	5
4	2	FURB; MACKENZIE	4
5	2	IDEAU; UPF	2
Total	12	-	15

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Quadro 2 mostra que as cinco redes de coautorias encontradas envolveram 12 diferentes instituições e ainda que nenhuma delas esteve presente em mais de uma rede, portanto, não se observou nas redes de parcerias a prevalência de presença de instituições. Além disso, dentre as cinco, quatro delas envolveram apenas duas instituições e apenas uma delas envolveu quatro diferentes instituições. Assim, as redes de parceria foram as seguintes:

- i. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) em conjunto com o autor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG);
- ii. Faculdade Dom Bosco (FDB) e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP);
- iii. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Contestado (UnC), Faculdade de Balsas (Unibalsas) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB);

- iv. Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE) e
- v. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU) e Universidade de Passo Fundo (UPF).

Ainda com relação ao Gráfico 3, onde foi possível identificar a presença de 49 autores presentes nos 20 trabalhos, foi investigada ainda a vinculação das entidades de ensino aos 49 diferentes autores que publicaram trabalhos sobre Educação Financeira.

A Tabela 1 traz a relação de todas as instituições de ensino associadas aos trabalhos objeto deste estudo, com a quantidade de autores vinculados a elas, bem como à quantidade de trabalhos publicados, onde figuraram pelo menos um dos autores vinculados.

Tabela 1 - Demonstrativo das instituições presentes nas publicações e da quantidade de autores e de trabalhos a elas vinculados de 2015 a 2020

Trabalho	Instituições de ensino (No. de ordeme sigla)	UF	Qde. autores vinculados	Qde. de trabalhos vinculados	Está em rede de coautoria (X)
1	1	IMED	RS	1	
2	2	UFF	RJ	1	
3	3	ULBRA	RS	2	
4	4	UFAM	AM	5	
5	5	CEFET/MG	MG	1	X
	6	PUC/MG	MG	1	X
6	7	UFPeI	RS	1	
7	8	FDB	RS	1	X
	9	UENP	PR	1	X
8	10	UFSCar	SP	2	
9	11	PUC/SP	SP	2	
10	12	USP	SP	2	
11	13	UFSM	RS	3	
12	14	UVA	CE	3	
13	15	UPE	PE	2	
14	16	UFSC	SC	2	X
	17	UNIBALSAS	MA	1	X
	18	UCDB	MS	1	X
	19	UnC	SC	1	X
15	20	UERJ	RJ	3	
16	21	FURB	SC	1	X
	22	MACKENZIE	SP	3	X
17	23	PUC/RS	RS	3	
18	24	IDEAU	RS	1	X
	25	UPF	RS	1	X
19	26	UFPR	PR	1	
20	27	UNEMAT	MT	3	
Total		-	49	27	12

Nota: O total de trabalhos apresentados nesta tabela (27) menos o total de trabalhos vinculados a instituições contempladas nas redes de coautoria (12) adicionada a quantidade de trabalhos com redes de coautorias (5) corresponde aos 20 trabalhos objeto deste estudo.

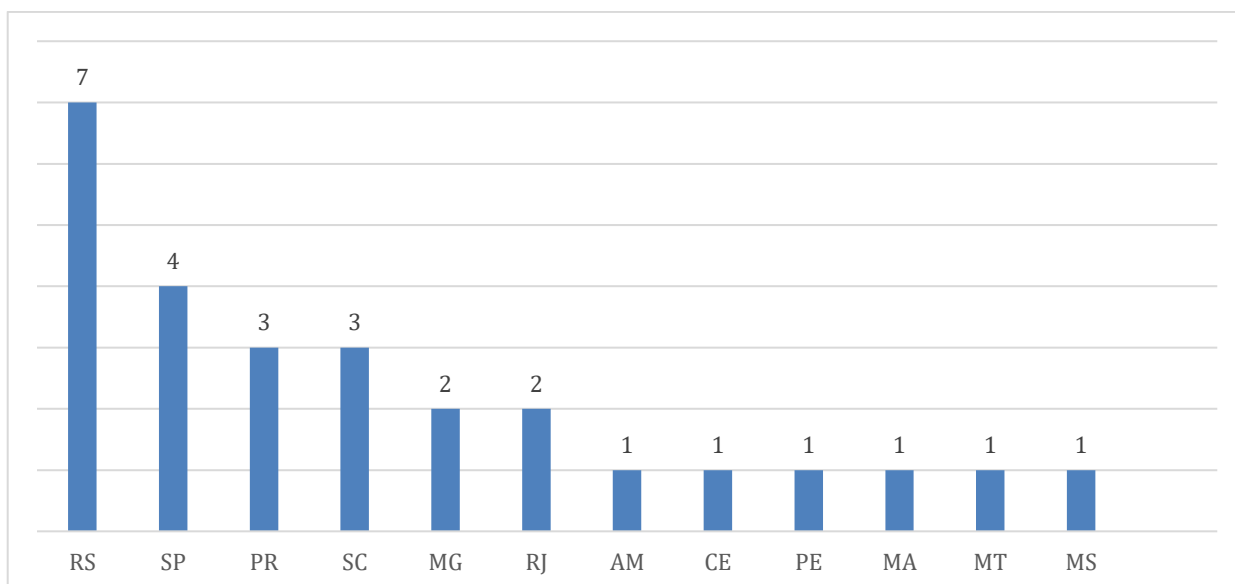
Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 1 mostra ainda que, nos 20 trabalhos sobre Educação Financeira publicados de 2015 a 2020, figuraram 27 instituições diferentes às quais foram vinculados os 49 autores/coautores dos referidos trabalhos, onde se observou em primeiro lugar a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que esteve vinculada a cinco autores, dentre os 49, seguida por seis instituições, que estiveram vinculadas a três autores cada uma. São elas: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade do Vale do Acaraú (UVA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Nas demais instituições, foi encontrada uma certa uniformidade, entre um e dois autores vinculados às instituições.

Inobstante à elevada frequência de autores vinculados às sete instituições mencionadas no parágrafo anterior, bem como das instituições que tiveram dois autores vinculados, a Tabela 1 também revelou que inexistiu prevalência de qualquer uma das 27 instituições relacionadas entre si, uma vez que para cada uma delas esteve vinculado somente um trabalho, o que mostra que nenhuma delas debateu de forma frequente o tema a ponto de tal debate resultar em publicações sobre o tema.

O Gráfico 5 foi elaborado a partir da Tabela 1 e mostra a frequência com que as unidades de federação estão vinculadas às 27 Instituições de ensino dos autores, ou seja.

Gráfico 5 – Frequência de instituições vinculadas aos trabalhos, de 2015 a 2020, por unidade de federação



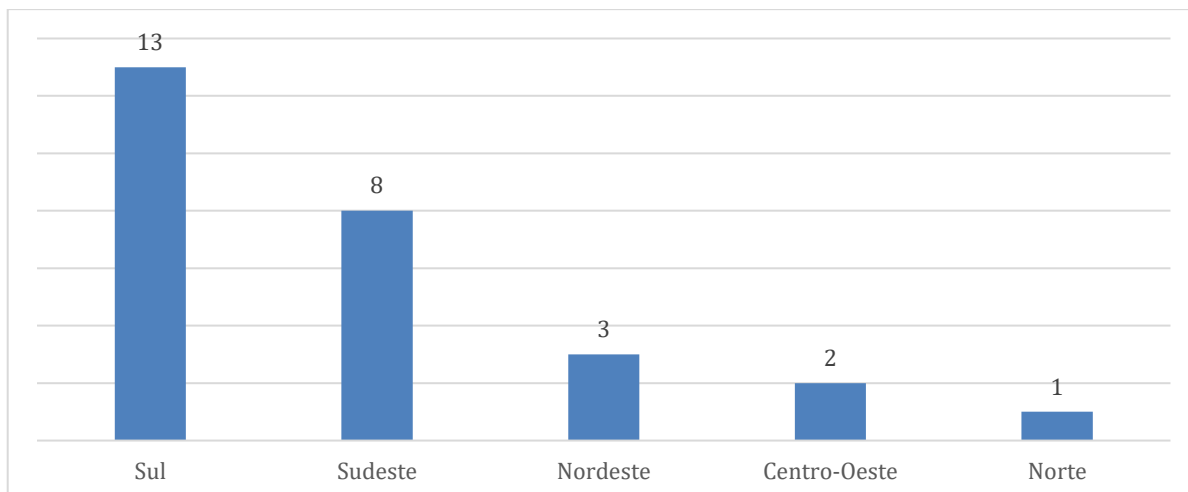
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Assim, a Tabela 1, combinada com o Gráfico 5 revelou que foram observados 12 estados vinculados às instituições de ensino que publicaram trabalhos. A unidade de federação onde o tema foi mais debatido foi o Rio Grande do Sul, que apesar de ter tido sete instituições a ele vinculadas, fazendo os ajustes decorrentes das redes de coautorias, foram identificados 6 trabalhos publicados com universidades vinculadas a este estado. Em segundo lugar, tem-se o estado de São Paulo, com quatro trabalhos a ele vinculados e, em seguida, tem-se empatados em terceiro lugar: os estados de Paraná e Santa Catarina, que apesar de terem sido vinculados a três instituições de ensino, fazendo-se os ajustes das redes de coautorias, cada um destes estados publicou dois trabalhos, e o estado de Minas Gerais, vinculado a duas instituições de ensino, após ajustes das redes de coautorias, publicou um trabalho. Em último lugar, com apenas um trabalho sobre Educação Financeira publicado no período analisado, ficaram os estados do Amazonas, Ceará, Pernambuco, Maranhão Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Observou-se ainda, à luz da Tabela 1 combinada com o Gráfico 5, que os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo prestaram grande contribuição às publicações sobre Educação Financeira no período, uma vez que os mesmos, sozinhos, concentraram 11 instituições, dentre os 27 presentes, o que representa 40,74% do total das 27 instituições. Somando-se a eles a frequência dos estados do Paraná e Santa Catarina, cada um com três instituições vinculadas, chega-se ao número de 18 instituições, que representam dois terços do total das 27 instituições. Se a este número forem somadas as frequências dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, cada um com duas instituições, obtém-se 24 instituições, que representam 88,9% do total das 27 instituições, cabendo destacar que, dentre elas, nenhuma instituição das regiões Norte, nem Nordeste, nem Centro-oeste, o que revela que tais regiões carecem mais ainda de que o assunto de Educação Financeira seja difundido pela população.

A partir da Tabela 1, foi feito o levantamento da quantidade de instituições relacionadas às regiões geográficas e construído o Gráfico 6, no qual é apresentada a frequência com que as instituições se vincularam às suas respectivas regiões geográficas, tendo sido confirmada a prevalência dos debates acerca deste tema no âmbito da região Sul e Sudeste e as regiões com menor frequência foram as regiões Nordeste e Centro-oeste, seguida da Região Norte. Chama atenção o fato de que estas regiões são as mais pobres do país e as mais carentes do desenvolvimento de pesquisas acerca de Educação Financeira.

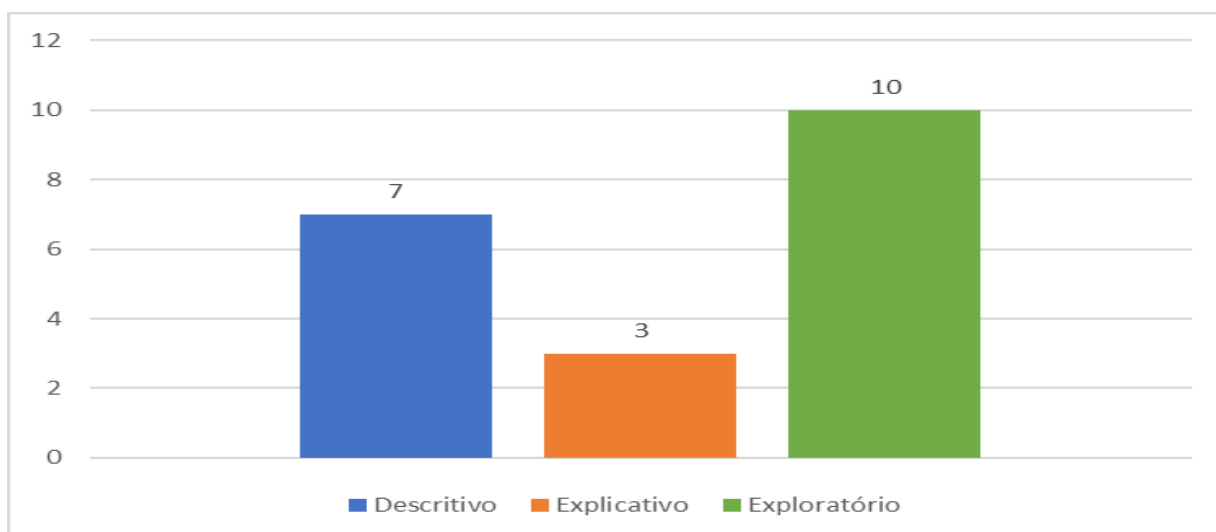
Gráfico 6 – Frequência de instituições vinculadas aos trabalhos, de 2015 a 2020, por região geográfica



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 7 traz a frequência com que a classificação dos trabalhos sobre educação financeira nos últimos cinco anos, quanto aos objetivos da pesquisa, a qual pôde assumir um dos três tipos: descritivo, explicativo ou exploratório, tendo sido demonstrado que foi observada uma prevalência dos trabalhos exploratórios, sobre os trabalhos explicativos e descritivos, uma vez que os mesmos representaram 50% do total dos trabalhos objeto da pesquisa e o tipo menos presente o explicativo, uma vez que, dentre os 20, apenas 3 tiveram como objetivo investigar relação de influência entre duas ou mais variáveis.

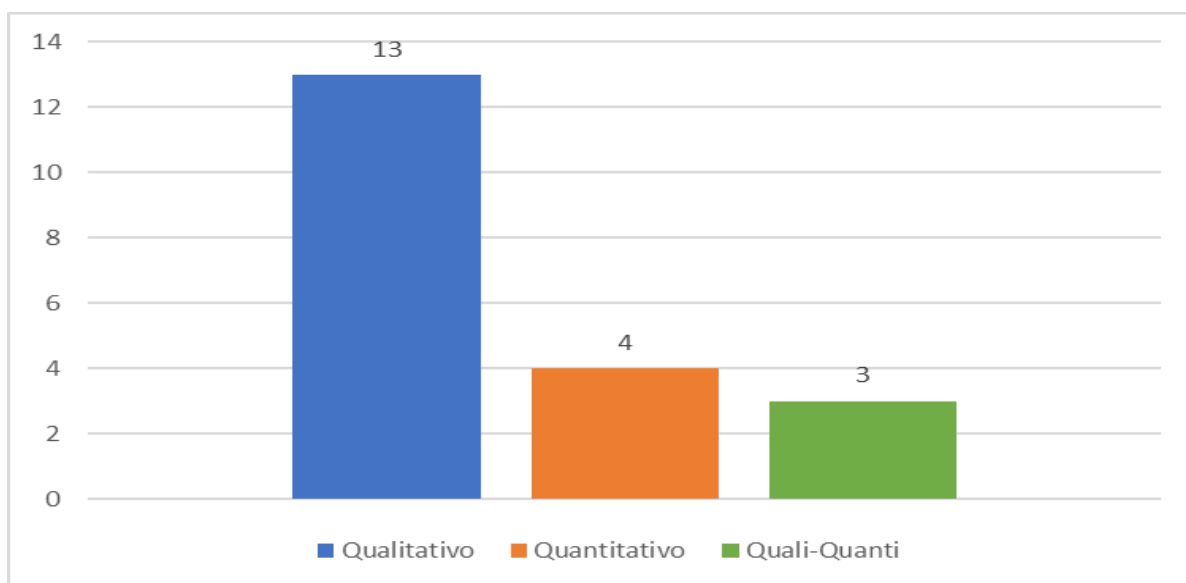
Gráfico 7 - Classificação dos estudos sobre Educação Financeira, quanto aos objetivos, de 2015 a 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 8 mostra a classificação dos trabalhos quanto à abordagem do problema, onde se observou uma prevalência dos estudos com abordagem qualitativa, a qual esteve presente em 13 trabalhos, dentre os 20 analisados, o que representa 65% do total dos trabalhos examinados e a abordagem menos presente foi a mista, assim entendida como aquela onde o mesmo estudo reúne características do trabalho qualitativo e quantitativo.

Gráfico 8 - Classificação dos estudos sobre Educação Financeira, quanto à abordagem do problema, de 2015 a 2020

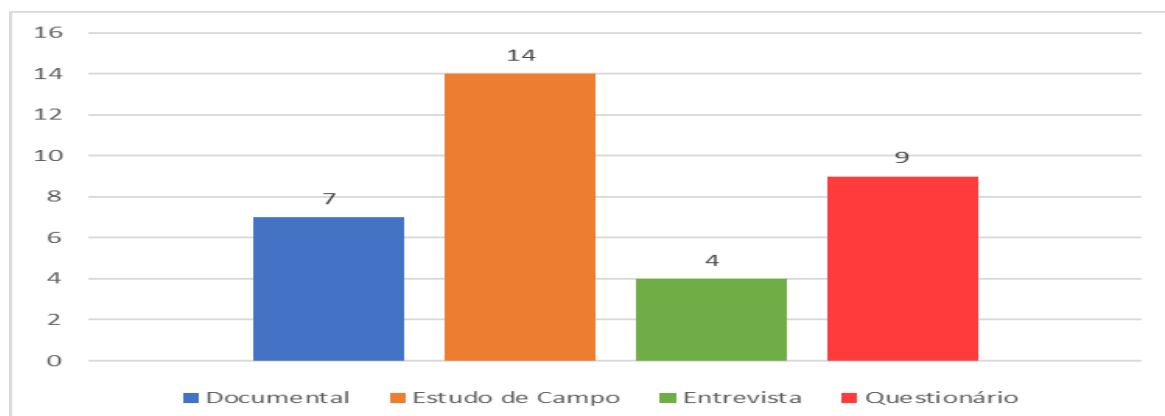


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Portanto, o Gráfico 8, revelou que 65% dos trabalhos abordaram a educação financeira, sob uma ótica empírica mais subjetiva, a maior parte com o intuito de compreender quais as motivações de um certo comportamento ou preferência dos indivíduos, em seus processos de decisão no âmbito de suas finanças pessoais. O método quantitativo foi presente em quatro estudos, que abordaram o tema de uma forma mais quantitativa, utilizando de uma base numérica, com métricas e cálculos, conseguindo expor seus resultados de uma forma objetiva, mediante números e percentuais encontrados em seus respectivos trabalhos. Por fim, o método qualitativo aliado ao quantitativo também foi utilizado em três trabalhos, trazendo em sua percepção um pouco as características dos dois tipos.

O Gráfico 9, traz a classificação dos trabalhos quanto às técnicas utilizadas para coleta dos dados e, considerando que um mesmo trabalho poderia reunir mais de uma técnica, a soma das frequências de todos os tipos pode apresentar-se superior à quantidade de 20 trabalhos.

Gráfico 9 - Classificação dos estudos sobre Educação Financeira, quanto às técnicas de coleta dos dados, de 2015 a 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Portanto, o Gráfico 9 revelou que as técnicas mais presentes nos trabalhos foi a Pesquisa de Campo, que esteve presente em 14 trabalhos, o que representou 70% do total dos trabalhos analisados. Em seguida, foi o Questionário, que esteve presente em 9 trabalhos, o qual representou um terço do total dos trabalhos, seguida da pesquisa Documental, presente em 7 trabalhos e, por último a entrevista, presente em apenas 4 trabalhos, o que representa apenas 20% do total.

A Tabela 2 traz a relação dos 13 periódicos nos quais foram publicados os 20 trabalhos objeto deste estudo, com os seus respectivos qualis, bem como o fator de impacto das revistas.

Tabela 2 – Qualis e fator de impacto dos periódicos

N.	Periódico	ISSN	Qde. de artigos	Qualis Capes				Impacto - SJR			Scopus	
				Novo qualis	%	2013 a 2016	%	Rank	SJR	Índice H	CiteScore	
1	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	1678-4626	1	A1		A2		73o	0,39	23	-	
2	EDUCAÇÃO E REALIDADE	2175-6236	1	A1		A2		227o	0,19	3	0,2	
3	BOLEMA: BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (C)	1980-4415	2	A1		B1		106o	0,33	8	0,7	
4	CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)	1519-6089	1	A2		B2		272o	0,16	2	0,3	
5	RAUSP-E - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO - ELETRÔNICA	0080-2107	1	A2		B1					-	
6	HOLOS (NATAL. ONLINE)	1807-1600	1	A3		B2					-	
7	TANGRAM - REVISTA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	2595-0967	7	A4		-					-	
8	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA PESQUISA (ONLINE)	1983-3156	1	B1		B1					-	
9	REMAT: REVISTA ELETRÔNICA DA MATEMÁTICA	2447-2689	1	B1		B5					-	
10	REVISTA DE EDUCAÇÃO POPULAR (IMPRESSO)	1678-5622	1	B1		B2					-	
11	REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL	2176-9036	1	B2		B3					-	
12	REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIA E TEC	1982-873X	1	B4		B4					-	
13	SINERGLA	2236-7608	1	B2		-					-	
Total publicações com qualis A					14	70%	2	10%				-
Total publicações com qualis B					6	30%	10	50%				-
Total publicações sem qualis					-	-	8	40%				-
Total publicações					20	100%	20	100%				-

Nota: (1) O impacto medido pelo Scientific Journal Rankings - SJR publicado em 2021 tem como base as publicações até 2020 e contempla 393 periódicos brasileiros, dentre os quais foram localizados quatro periódicos dos trabalhos objeto deste estudo. (2) O CiteScore é um índice da Plataforma Scopus que informa relação entre o número de citações recebidas por um periódico em um período, dividido pelo número de documentos indexados no Scopus publicados nesse mesmo período, estabelecendo assim, o impacto das citações nos periódicos revisados por pares, incluindo suplementos e números especiais destas revistas, cujo cálculo abrangeu o período de 2017 a 2020.

Fonte: Dados da pesquisa (2021) levantados a partir de CAPES (2020); SJR (2021); SCOPUS (2020)

A Tabela 2 mostrou que, dentre os 20 trabalhos, considerando da tabela da CAPES para o quadriênio 2013/2016: 2 trabalhos (10%) foram publicados em periódicos com qualis A, que é o mais elevado, 10 trabalhos (50%), em periódicos com qualis B e os 8 trabalhos (40%) restantes foram publicados em periódicos sem qualis, e, na tabela do novo qualis, ainda pendente de aprovação pela CAPES, 70% dos trabalhos teriam sido publicados em periódicos com qualis A e 30%, em periódicos com qualis B, o que revela que as publicações se deram em revistas bem qualificadas conforme a CAPES.

Assim, é possível afirmar que as publicações em periódicos sobre Educação Financeira no período objeto do exame, se concentraram de forma prioritária em periódicos com melhor classificação, de A1 a A4, uma vez que 14 trabalhos, dentre os 20, o que representa 70% do total dos trabalhos, foram publicados em periódicos com Qualis A e os 30%, em periódicos com Qualis B.

No que diz respeito à análise do fator de impacto dos periódicos, foram analisadas duas métricas: o CiteScore, (SCOPUS, 2020) e o Índice H, (SJR, 2021). No primeiro, foi possível identificar a indexação de apenas três periódicos: BOLEMA – Boletim de Educação Matemática, Educação e Realidade e CIVITAS – Revista de Ciências Sociais, dentre as 13 revistas existentes na Tabela 2 e, pelo Índice H, além das mesmas três revistas retro citadas, foi ainda ranqueado o periódico Educação e Sociedade que, por sinal, foi o mais bem ranqueado, dentre os quatro. Cabe destacar que, de acordo com o ranking SRJ (2021), foram observadas 393 revistas científicas brasileiras, dentre as quais estão as quatro aqui mencionadas. Considerando que dentre os 13 periódicos, apenas 4 foram indexados com fator de impacto, isso revela o potencial que a Educação Financeira ainda possui para desenvolver a produção de conhecimentos científicos.

A Tabela 3 traz o índice H dos autores dos trabalhos, que pode ser definido como uma avaliação qualitativa dos pesquisadores, que visa a avaliar o impacto do pesquisador de forma individual, ou seja, o seu desempenho, sendo considerado uma das maneiras mais seguras de poder mensurar a qualidade científica do pesquisador, assim como, é capaz avaliar a regularidade da produção e previsão do desempenho científico futuro, uma vez que combina produtividade (número de publicações) com o impacto (número de citações recebidas).

Tabela 3 – Índice H dos autores

Trabalhos	Autores	Índice H	Citações	Média citações/índiceH
1	1. GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira	11	595	54,0
	2. OLGIN, Clarissa de Assis	4	38	9,5
2	3. MAFRA, Rosana Zau	3	18	6,0
	4. BARBOSA FILHO, José	59	16602	281,4
3	5. FREITAS, Carlos Cesar Garcia	8	205	25,6
4	6. CAMPOS, Celso Ribeiro	9	521	57,9
	7. COUTINHO, Cileda Queiroz e Silva	16	835	92,8
5	8. VIEIRA, Kelmara Mendes	23	2416	105,0
	9. MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus	9	332	36,9
6	10. SILVA, Thiago Bruno de Jesus	7	186	26,6
	11. SOUSA, Allison Manoel de	3	34	11,3
7	12. SILVA, Tarcísio Pedro da	11	561	51,0
	13. MAGRO, Cristian Baú dal	11	544	49,5
8	14. ROCHA FILHO, João Bernardes da	11	555	50,5
9	15. ANTUNES, Maria Madalena da Silva	1	2	2,0

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Contudo, apenas 15 autores, dentre os 49, o que representa 30,6% dos autores, estavam presentes na base do Google Acadêmico, não tendo sido possível identificar o índice H dos demais autores, conforme mostrado na Tabela 3.

Dentre os 15 autores com índice H, o de maior impacto foi José Barbosa Filho, com índice H 59, sendo assim, ele teve 59 trabalhos publicados, que receberam um total de 16.602 citações. Em seguida, observou-se a autora Kelmara Mendes Vieira, com índice H 23, com 2.416 citações e, em terceiro lugar, a autora Cileda Queiroz e Silva Coutinho, com índice H 16, apresentando 835 citações. Por outro lado, com os menores índices, a autora Maria Madalena da Silva Antunes, com H 1 e duas citações, a autora Rosana Zau Mafra apresentando o índice H 3 com 18 citações e o autor Allison Manoel de Sousa, também com o índice H 3, porém com 34 citações, conforme a Tabela 3.

Observando por meio do perfil dessas publicações científicas, de acordo com a metodologia da bibliometria, elementos que compõem essas publicações, foi possível identificar características particulares e compartilhadas entre as publicações, bem como a presença de colaborações entre diferentes instituições, que por meio de redes de coautoria, desenvolveram a temática da educação financeira em nível nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste estudo, os quais foram definidos em função do objetivo principal que consistiu em analisar o perfil das publicações científicas sobre Educação Financeira no país, de 2015 a 2020, foi alcançado por meio da análise bibliométrica, realizada em 20 trabalhos encontrados no Portal de periódicos da CAPES, com a palavra ‘Educação Financeira’ em seus respectivos títulos.

Os resultados indicaram que os 20 trabalhos objeto deste estudo revelaram inexistência de prevalência de gênero dos autores e baixa quantidade de rede de coautorias envolvendo mais de uma instituição de ensino às quais os autores estiveram vinculados. Também foi observado um envolvimento de instituições sediadas em apenas 12 estados, dentre as 27 unidades de federação brasileiras, com uma prevalência de trabalhos oriundos de instituições com domicílios nos estados da região sul e sudeste, mostrando que as discussões acerca deste tema precisam prosperar nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, que são também regiões mais pobres, o que leva a suscitar a existência de relação entre a pobreza e a ausência de avanços da disseminação de conhecimentos acerca da Educação Financeira.

A média de publicações anuais no período de 2015 a 2020 foi de apenas 4 trabalhos, com um pico de publicações em 2019, quando se observaram 7 trabalhos. Quanto à tipologia dos trabalhos objeto desta análise, foi observada uma prevalência de pesquisas exploratórias, e de estudos com abordagem qualitativa, com dados coletados por meio de pesquisa de campo., revelando que há margem para o desenvolvimento de muitos trabalhos neste assunto, principalmente de estudos empíricos com abordagem quantitativa.

Considerando o resultado da frequência com que as palavras integraram as palavras-chaves dos trabalhos, o resultado confirmou a consciência que se tem acerca do impacto que a educação financeira é capaz de realizar na vida dos cidadãos, e por este motivo, a importância de sua inclusão no currículo desde a escola básica, uma vez que estiveram entre as palavras mais frequentes: ‘Educação’, ‘Financeira’, ‘Ensino’, ‘Matemática’, e com uma menor frequência: ‘Jovens’ e ‘Adultos’, ‘Finanças’, ‘Pessoais’ e ‘Juros’.

Assim, considerando que a ausência de decisões adequadas nas finanças pessoais dos jovens e adultos irá refletir na qualidade de vida desta pessoa na velhice, e associado a isso, considerando que a inclusão desta disciplina a partir da Educação Básica ainda não é

obrigatória, o país precisa avançar e curricularizar o ensino de Educação Financeira, em todos os níveis da educação.

Quanto à qualidade das publicações, considerando a tabela do quadriênio 2013/2016, 10% dos trabalhos foram publicados em periódicos com qualis A, 40%, em periódicos com qualis B e 50%, em periódicos sem qualis, enquanto, na tabela do novo qualis, ainda pendente de aprovação pela CAPES, 70% teriam sido publicados em periódicos com qualis A e os 30% restantes, em periódicos com qualis B, o que mostra que os trabalhos em Educação Financeira, revelando assim que as mesmas se posicionariam nos periódicos com melhores qualificações. No que diz respeito ao fator de impacto dos periódicos, apenas 4, dentre os 13 periódicos encontram-se indexados no ranking internacional SRJ, o que revela o potencial que a Educação Financeira possui para desenvolver conhecimento científico.

Além disso, análise do impacto de tais publicações indicou que, dentre os 49 foi identificado o índice-h de apenas 15 autores (30%), cujo índice variou de 1 a 59, sendo possível afirmar que houve uma prevalência de publicações de alto impacto, uma vez que 2/3 dos autores apresentou quantidade de citações que variou de 186 a 16.602, o que revela que as publicações sobre Educação Financeira ainda não são observadas em grande número e as que existem tem sido oriundas de autores com elevado fator de impacto, portanto, o assunto ainda possui muita margem para ser explorado.

Como limitação deste estudo tem-se o fato de a busca ter se dado apenas ao portal de periódicos da CAPES, de forma que, sugere-se para pesquisas futuras a ampliação deste estudo no futuro para verificar no horizonte do tempo se as pesquisas sobre este tema aumentaram, ou ainda alargar o espectro para abranger também outros canais como Google Acadêmico e Scielo, bem como sugere-se ainda o desenvolvimento de estudos que busquem relacionar relação de explicação entre variáveis, para investigar eventual influência do nível de conhecimento em educação financeira, com geração de emprego e renda, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- ANTONANGELO, A. R. **ECONOMIA DOMÉSTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. 2018. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Matemática, Departamento Acadêmico de Matemática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Cornélio Procópio, 2018. Disponível em:
http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5186/1/CP_PROFMAT_M_Antonangelo%20%20Amanda%20Rodrigues_2018.Pdf. Acesso em: 01 set. 2021.
- ARAGÃO, J. W. M.; NETA, M. A. H. M. **METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 2017. 53 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Produção de Mídias Para Educação Online, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2017. Disponível em:
<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30900>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- ARAÚJO, J. M.; BARBOSA, G. S.; LUNA, J. M. O. Educação financeira: crenças de estudantes de um curso de licenciatura em Matemática. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, [S.L.], v. 1, n. 4, p. 128-146, jan. 2018.
- AUGUSTO, M. F. R. **A educação financeira e o sobre-endividamento**. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Iscal - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10400.21/6576>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013. 72 p., 2013
- BARBOSA, T. F. *et al.* Educação Financeira: Pesquisa e análise do conhecimento e planejamento financeiro dos alunos de uma instituição de ensino superior de Minas Gerais. **Ciênciadinâmica**: Revista Científica Eletrônica, Minas Gerais, v. 19, n. 1, p. 1-25, 10 jul. 2021. Disponível em:
<http://www.revista.faculadedinamica.com.br/index.php/cienciadinamica/article/view/73/66>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- BARDIN, L., 2016. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70 Brasil
- BODIE, Z.; MERTON, R. C. **Finanças**. São Paulo: Bookman, 2002.
- BRANCO. A. Matemática financeira aplicada. São Paulo: Cengage Learning. Ed nº 15, 2016.
- BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF Brasília, 9 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BUAES, C. S. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educação & Realidade**, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 105-127, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623646496>.

CAMPOS, C. R.; COUTINHO, C. Q. e S. O juro real no contexto da educação financeira crítica. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 67-86, 10 abr. 2019. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/tangram.v2i2.8863>.

CAPES. Classificação de Periódicos Quadriênio 2013/2016. Plataforma Sucupira. 2020. Disponível <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 30 set. 2021.

CHIAPPETTA, S. K. S.; SILVA, J. R. Uma proposta para o ensino de Educação Financeira embasada na Etnomatemática: consumo consciente a partir do contexto do orçamento financeiro. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 79-101, 13 jan. 2019. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/tangram.v2i1.8848>.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? uma introdução ao Fórum. *Internext*, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

CONTO, S. M. de; FUHR, I. J.; FALEIRO, S.N.; KRONBAUER, K. A. **O comportamento de alunos do ensino médio do vale do Taquari em relação às finanças pessoais**. *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios*, 2015.

CORDEIRO, F. F. Accounting & Finance, a close relationship. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S.L.], v. 31, n. 84, p. 385-391, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x202090350>

CORDEIRO, N. J. N.; MAIA, M. G. B; SILVA, C. B. P. O uso de histórias em quadrinhos para o ensino de Educação Financeira no ciclo de alfabetização. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 03-20, 13 jan. 2018. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/tangram.v2i1.8668>.

CORREA, E. **A importância da educação financeira para empreendedores**. SEBRAE, out. 2018. Seção Finanças. Disponível em: <https://sebraemg.com.br/blog/a-importancia-da-educacao-financeira-para-empresarios/>. Acesso em: 19 junho 2021.

CUNHA, C. L.; LAUDARES, J. B. Resolução de Problemas na Matemática Financeira para Tratamento de Questões da Educação Financeira no Ensino Médio. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, [S.L.], v. 31, n. 58, p. 659-678, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v31n58a07>.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 1-5, maio 2015.

DIAS, D. P.; GABAN, A. A. Educação financeira nos livros didáticos de matemática do Ensino Médio. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 67-78, 13 jan. 2019. Universidade Federal de Grande Dourados.
<http://dx.doi.org/10.30612/tangram.v2i1.8825>.

DOROW, A.; JR, J. S. M.; NUNES, P.; MENEZES; E. A. **Finanças Comportamentais: Uma Análise Estatística Envolvendo os Efeitos Certeza e Reflexo**. Chapecó, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/569> Acesso em: 01 mai. de 2021.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. 2020. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/> Acesso em: 01 mar. 2021.

FERNANDES, A. M. *et al.* METODOLOGIA DE PESQUISA DE DISSERTAÇÕES SOBRE INOVAÇÃO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA. **Desafio Online**, Mato Grosso do Sul, v. 6, n. 1, p. 141-159, abr. 2018. S.L. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/3539>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FERNANDES, L. F. B.; VILELA, D. S. Economia doméstica e educação financeira na escola: diferenças a partir do gênero. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 39-57, 13 jan. 2019. Universidade Federal de Grande Dourados.
<http://dx.doi.org/10.30612/tangram.v2i1.8856>.

FERREIRA, J. C. A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL PARA A QUALIDADE DE VIDA. **Caderno de Administração**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-17, jan. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/caadm/article/viewFile/33268/25017>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FIORI, D.; BARBOSA FILHO, J.; MAFRA, R. Z.; FERNANDES, T. A.; NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho. O Efeito Da Educação Financeira Sobre A Relação Entre Adimplência E Trabalhadores Na Cidade De Manaus. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Iceac)**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 31-45, fev. 2018. Semestral.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12ª Ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. S.; COUTINHO, C. Q. S. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1-20, 13 dez. 2019. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.36397/emteia.v10i3.241442>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/241442>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GROENWALD, C. L. O.; OLGIN, C. A. Educação financeira no currículo de matemática do ensino médio. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 368-390, 5 jul. 2018. Universidade Tecnológica Federal do Parana (UTFPR).
<http://dx.doi.org/10.3895/rbect.v11n2.8433>.

HAUBERT, F. L. C.; LIMA, C. R. M. de; LIMA, M. V. A. de. **Finanças Comportamentais: uma investigação com base na teoria do Prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu portugueses.** 2012. Disponível em: Acesso em: 06 mai de 2020.

HASTIE, R., & DAWES, R. (2010). *Rational Choice in an Uncertain World: The Psychology of Judgment and Decision Making* (2nd ed., p. 392). Pittsburgh: SAGE Publications.

HOFMANN, R. M. Os Vieses Cognitivos e suas Implicações para Educação Financeira: o caso do “efeito brumadinho” na construção de gráficos. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, [S.L.], v. 34, n. 67, p. 564-582, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v34n67a11>.

HURTADO, A. P. G.; FREITAS, C. C. G. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 56-76, 23 nov. 2020. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/rep-2020-52731>.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: an analysis of decision under risk. 1979. Disponível em: <http://hassler-j.iies.su.se/COURSES/NewPrefs/Papers/KahnemanTversky%20Ec%2079.pdf>. Acesso em: 06 de mai. de 2021.

LEITE, E. S. A ressignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 114, 9 maio 2017. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.1.24446>.

LIMA, R. S.; BARBALHO, P. R. M.; NASCIMENTO, H. L.; MEDEIROS NETO, J. S.; BRITO, M. L. A. O estudo das finanças pessoais no âmbito universitário. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 1-14, 1 jan. 2019. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i2.656>.

MARANGONI, T. V. B. **O USO DA CONTABILIDADE NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Uma ferramenta útil para à gestão financeira pessoal.** 2017. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: <http://bdm.ufmt.br/handle/1/233>. Acesso em: 02 jul. 2021.

Mato Grosso do Sul. Assembleia Legislativa. PROJETO DE LEI n. 3145/20. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação financeira no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254589> . Acesso em: 26 ago. 2021.

MEC. Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** 2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

NASCIMENTO, F. P. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC.** Brasília: Thesaurus, 2016. 384 p.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; ALENCAR, M. A. C. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id On Line Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 144, 28 fev. 2016. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/online.v10i1.390>.

OECD. National Strategies for Financial Education. Disponível em: <https://www.oecd.org/>. Acesso em: 17 maio 2021.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-prática**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2016. 144 p.

PEREIRA, G. M. G. **A energia do dinheiro**. São Paulo: Gente. 2001.

Pritchard, A. Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation*, v. 24, n. 4, p. 348-349, 1969.

PROETTI, S. AS PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA COMO MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen - Issn: 2447-8717**, [S.L.], v. 2, n. 4, p. 1-23, 1 jun. 2018. Centro Universitario Assuncao - Unifai. <http://dx.doi.org/10.32459/revistalumen.v2i4.60>. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em: 4 ago. 2021.

REBELLO, A. P.; HARRES, J. B. S.; ROCHA FILHO, J. B. da. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico. **Holos**, [S.L.], v. 6, p. 308, 11 dez. 2015. Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2015.3645>.

RODRIGUES, M. U.; ANTUNES, M. M. S.; RODRIGUES, Rosiane Souza da Silva. Educação financeira no currículo escolar de matemática: Um olhar para o novo enem no período de 2009 a 2017. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, [S.L.], v. 1, n. 4, p. 23-47, jan. 2018.

SANTOS, J. O. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa. PROJETO DE LEI n. 3114/2019. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o estudo da educação financeira nos currículos da educação básica. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2204578> . Acesso em: 26 ago. 2021.

SCOPUS. CiteScore. Indicador de impacto do periódico. Disponível em <https://www.scopus.com/sources?zone=TopNavBar&origin=NO%20ORIGIN%20DEFINE%20D> 2020 Acesso em: 30 ago. 2021.

SJR (Scientific Journal Rankings). Ranking de Impacto de Periódicos. Disponível em <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?country=BR> 2021. Acesso em: 30 ago. 2021.

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade.

Administração: Ensino e Pesquisa, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 308-339, 1 maio 2018. ANGRAD. <http://dx.doi.org/10.13058/raep.2018.v19n2.970>. Disponível em: <http://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/970>. Acesso em: 4 jul. 2021.

SOUZA, M. L. FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES NO ENANPAD NO PERÍODO DE 2003 A 2013. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, Pr, v. 11, n. 1, p. 59-74, jun. 2017. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/viewFile/205/214>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SCOLARI, L. C.; GRANDO, N. I. Educação financeira: uma proposta desenvolvida no ensino fundamental. **Educação Matemática Pesquisa**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 671-695, jan. 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 320 p.

SILVA, L. F.; RUSSO, R. F. S. M.; OLIVEIRA, P. S. G. Quantitativa ou qualitativa? Um alinhamento entre pesquisa, pesquisador e achados em pesquisas sociais. **Revista Pretexto**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 30-45, 2 dez. 2018. Universidade Fumec. <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v19i4.5647>.

SILVA, T. B. J.; LAY, L. A.; SOUSA, A. M.; NOGUEIRA, P. G. C. P.; VALERETTO, G. J. Educação financeira, interação com os pais e outros fatores relacionados ao uso de cartões de crédito por estudantes de contabilidade. **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Issn 2176-9036**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 131-151, 3 jul. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/2176-9036.2019v11n2id15616>.

SILVA, T. P.; MAGRO, C. B.; GORLA, M. C.; NAKAMURA, W. T. Financial education level of high school students and its economic reflections. **Revista de Administração**, [S.L.], v. 52, n. 3, p. 285-303, jul. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rausp.2016.12.010>.

SIMON, H. (1955). A behavioral model of rational choice. *The Quarterly Journal of Economics*, 69/1.

TEIXEIRA, J. Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira. 2015. 159 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática). PUC-SP, 2015. Disponível em: <<http://www.sapientia.pucsp.br/arquivo>>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

TEIXEIRA, P. J. M. Uma experiência didática em Educação Financeira Crítica. **Remat: Revista Eletrônica da Matemática**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 51-71, 9 nov. 2016. Instituto Federal de Educacao - Ciencia e Tecnologia do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.35819/remat2016v2i2id1529>.

VIEIRA, B. J. et al. FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Revista Razão Contábil & Finanças*, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 1-22, jun. 2020. S.L. Disponível em:

<http://www.institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/235>. Acesso em: 15 jul. 2021.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JUNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. INDICADOR DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 40, p. 01-33, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302018182568>.

WORD CLOUD ART CREATOR. Disponível em:< <https://wordart.com> >. Acesso em: 15 mai. 2021.